

Memória e Documentos

TERRITÓRIOS DE LUTA: MEMÓRIA DA CÚPULA DOS POVOS RUMO À COP 30¹

Alcidema Magalhães²

A Declaração da Cúpula dos Povos rumo à COP30, realizada em Belém, Estado do Pará, em novembro de 2025, insere-se em um momento histórico marcado pelo agravamento da crise climática global e pelas limitações das respostas institucionais lideradas por governos e organismos internacionais, como as conferências da ONU. Reconhece-se que o capitalismo é irreformável e que o desemprego estrutural, as guerras permanentes e a destruição ambiental são expressões dessa crise, como bem alertou István Mészáros, no livro *A crise estrutural do capital* (2009).

A própria COP30, que ocorre na Amazônia, simboliza essa disputa entre diferentes projetos de enfrentamento da crise, envolvendo de um lado o mercado e seus agentes como o agro-hidro-mínero negócio; de outro, propostas construídas pelos povos originários e movimentos sociais.

Historicamente, a Cúpula dos Povos que, em 2025 envolveu cerca de 1.099 organizações sociais, dá continuidade a um ciclo de articulações globais da sociedade civil, como a realizada durante a Rio+20, que à época já questionava a hegemonia de um modelo de desenvolvimento centrado no crescimento econômico e na exploração intensiva da natureza. Nesse sentido, o documento reflete o acúmulo de décadas de lutas de povos indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores (as) e movimentos

¹ Texto recebido em 29/03/2026. Aprovado pelas editoras em 31/03/2026. 16/07/2025. Publicado em 06/08/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.71436>

² Doutora em Educação/Universidade Federal do Pará - UFPA. Professora da Faculdade de Geografia e Cartografia, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGeo-UFPA. e do Comitê Dorothy Stang – PA. Email: alcidema@ufpa.br.
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7484794171047694>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7536-5184>.

populares contra os impactos sociais e ambientais do capitalismo global. Em Belém, sem dúvida alguma, o movimento indígena protagonizou os maiores enfrentamentos ao grande capital, presente na Conferência, ocupando a zona azul e bloqueando a entrada de um dos espaços de negociações institucionais.

A declaração, ao partir da crítica estrutural, identifica o sistema capitalista como a principal causa da crise climática. Ao mesmo tempo, denuncia desigualdades históricas entre Norte e Sul global, o racismo ambiental e a vulnerabilidade das populações periféricas diante de eventos extremos. Esse diagnóstico amplia o debate climático ao conectá-lo com temas como colonialismo, imperialismo, patriarcado e desigualdade social.

Sua relevância para a luta por justiça climática está justamente nessa abordagem ampla e política. Diferentemente de propostas tecnocráticas, o documento defende que não há solução real sem transformação estrutural. Entre seus principais eixos estão:

- A defesa dos bens comuns (água, terra, florestas, energia) contra a privatização;
- O protagonismo dos povos originários e saberes ancestrais na proteção dos territórios;
- A agroecologia e a reforma agrária como alternativas ao agronegócio;
- A transição energética justa, que não reproduza desigualdades;
- O combate ao racismo ambiental e a construção de cidades mais justas;
- A responsabilização histórica dos países ricos e das corporações pelos danos ambientais.

Outro aspecto central é a articulação entre justiça climática e justiça social. O Documento final enfatiza o papel do feminismo, do trabalho de cuidado e da organização popular como pilares de um novo modelo de sociedade baseado no “bem viver”. Também propõe o fortalecimento de instrumentos internacionais de direitos humanos e a proteção de defensores ambientais.

Por fim, a declaração tem grande importância política por afirmar o internacionalismo dos povos como estratégia de enfrentamento global. Ao convocar a organização coletiva e a solidariedade entre diferentes lutas, o documento reforça a ideia de que a crise climática não é apenas ambiental, mas civilizatória e exige respostas igualmente profundas e articuladas.

Assim, a Declaração da Cúpula dos Povos é resultado dessa ampla articulação e mobilização dos movimentos sociais e povos originários na construção de alternativas ao modelo dominante que toma a natureza como recurso e mercadoria, separando seres humanos da natureza; desse modo, torna-se uma referência para os (as) que lutam por justiça climática, social e ambiental em escala global. Finaliza convocando à unidade e à luta internacional: *Povos do mundo: Uni-vos*".

Confira o Documento na íntegra.

Referência

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.